

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 151

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Cezar Silvestri</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
18 DE OUTUBRO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Nelson Garcia.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carriho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Thiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 3471

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, preferência para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 336 e 245/2001, itens 02 e 25 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.10.2001.

(aa) ORLANDO PESSUTI  
HERMAS BRANDÃO

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 539/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído o “Dia do Yoga”, a ser comemorado anualmente no dia 18 de fevereiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.10.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI e  
MARCOS ISFER

**JUSTIFICATIVA:**

Propõe-se o presente projeto para fins de oficializar o Dia do Yoga, a ser comemorado no dia 18 de fevereiro.

Segundo a Confederação Nacional do Yoga, há no Brasil cinco milhões de adeptos aproximadamente, o que justifica plenamente a instituição da data no Paraná.

O Yoga é uma filosofia multimilenar da Índia introduzida no Brasil há mais de cinquenta anos. Conceitua-se por “qualquer metodologia estritamente prática que conduza ao auto-conhecimento.

O Yoga tem sido, ao longo desses anos, de grande valia à sociedade brasileira, contribuindo de maneira imensurável para o aumento da qualidade de vida da nossa população.

Por essas razões, entendemos plenamente justa e oportuna a apresentação da presente proposição, motivo pelo qual esperamos contar com o apoio dos nobres pares.

Projeto de Lei nº 540/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

**Capítulo I**

Natureza e Foro

Art. 1º - Fica criada a Agência Estadual de Regulação de Infraestrutura e Transportes do Paraná - AGERP, como Autarquia sob regime especial, vinculada à Secretaria de Transportes, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, com sede e foro na cidade de Curi-

tiba, Estado do Paraná e jurisdição em todo o território do Estado e prazo de direção indeterminado, reger-se-á por regimento, pelas normas regulamentares que adotar e demais disposições legais pertinentes.

§ 1º - A Agência Estadual de Regulação de Infraestrutura e Transportes do Paraná - AGERP, exercerá no setor público estadual o poder de regulação, controle e fiscalização dos serviços delegados e gozará de todas as franquias, privilégios e isenções assegurados aos órgãos da administração direta do Estado.

Art. 2º - Compete à Agência Estadual de Regulação de Infraestrutura e Transportes do Paraná, observada a competência própria dos outros entes federados, controlar e fiscalizar, bem como, se for o caso, normatizar, padronizar, conceder e fixar tarifas dos serviços públicos de infra-estrutura delegados em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convenial ou contratual, ou por ato administrativo, ao Estado do Paraná, suas autarquias, fundações públicas, ou entidades paraestatais, em especial:

- a) rodovias e pontes;
- b) portos marítimos, fluviais e lacustres;
- c) hidrovias;
- d) mineração;
- e) transportes intermunicipais de passageiros;
- f) telecomunicações;
- g) aeroportos;
- h) terminais de passageiros e cargas;
- i) ferrovias.

## **Capítulo II**

### **Objetivos**

Art. 3º - A AGERP tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar a qualidade dos serviços públicos concedidos, permissionados e autorizados, nos segmentos de transporte e comunicação, competindo-lhe:

I - atuar, mediante disposição legal ou pactuada, em especial nas áreas de rodovias, pontes, portos, hidrovias, terminais aeroportuários, hidroviários e rodoviários, transportes intermunicipais de passageiros, ferrovias e comunicações.

II - promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados submetidos à sua competência regulatória, propiciando condições de qualidade, regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas;

III - proteger os usuários contra o abuso de poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros;

IV - elaborar proposta em relação ao estabelecimento, revisão, ajuste e aprovação de tarifas que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessões e termos de permissões de serviços públicos, observando a competência própria das Agências Nacionais;

V - atender, através das entidades reguladas, as solicitações de serviços, indispensáveis à satisfação das necessidades dos usuários;

VI - promover a estabilidade nas relações entre o poder concedente, entidades reguladas e usuários;

VII - estimular a expansão e a modernização dos serviços delegados de modo a buscar a sua universalização e a melhoria dos padrões de qualidade, ressalvada a competência do Estado quanto à definição das políticas de investimentos;

VIII - promover a livre, ampla e justa competição entre as entidades reguladas, bem como corrigir os efeitos da competição imperfeita;

IX - fiscalizar os aspectos técnico, econômico, contábil, financeiro, operacional e jurídico dos contratos de concessões e termos de permissão de serviços públicos, aplicando, se for o caso, diretamente as sanções cabíveis, entre as quais, multas, suspensão temporária de participação em licitações, intervenção administrativa e extinção da concessão ou permissão e demais normais legais e pactuadas.

X - dirimir, como instância administrativa definitiva, conflitos envolvendo o poder concedente ou permitente, os concessionários ou permissionários de serviços públicos e os respectivos usuários;

XI - licitar e contratar as concessões e permissões no âmbito dos serviços de infra-estrutura e transporte;

XII - elaborar, aprovar e controlar o cumprimento das normas regulamentares e disciplinadoras dos serviços públicos regulados.

XIII - exercer outras atividades correlatas que lhe sejam inerentes.

Parágrafo Único - Para execução de sua finalidade, poderá a AGERP celebrar convênios, contratos e ajustes com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, observada a legislação pertinente.

## **Capítulo III**

### **Organização**

Art. 4º - A AGERP tem a seguinte estrutura básica:

I - conselho consultivo;

II - conselho diretor;

III - diretoria executiva;

§ 1º - O Conselho Consultivo, órgão superior de representação e participação da sociedade na AGERP, tem a seguinte composição:

I - um representante do Poder Executivo;

II - um representante da Assembléia Legislativa;

III - um representante do Ministério Público - Promotoria de Defesa do Consumidor;

IV - um representante das entidades representativas das concessionárias dos serviços públicos delegados;

V - um representante das entidades representativas das permissionárias dos serviços públicos delegados;

VI - um representante de entidades representativas da sociedade civil.

§ 2º - os conselheiros serão brasileiros, residentes no Estado, possuidores de reputação ilibada e insuspeita idoneidade moral.

§ 3º - O presidente do Conselho Consultivo, será eleito pelos demais conselheiros, para um mandato de 04 (quatro) anos, sem direito à recondução.

§ 4º - Os membros do Conselho e seus suplentes serão nomeados pelo governador do Estado, e cuja participação não será remunerada.

Art. 5º - O Conselho Diretor da AGERP é o órgão colegiado de caráter deliberativo superior, responsável por implementar as diretrizes estabelecidas nesta lei e demais normas aplicáveis.

§ 1º - O Conselho Diretor será formado por 01 (um) presidente e 04 (quatro) conselheiros nomeados pelo governador do Estado, que satisfaçam, simultaneamente, as seguintes condições:

I - ser brasileiro;

II - ser residente no Estado;

III - possuir reputação ilibada e insuspeita idoneidade moral;

IV - ter notável saber jurídico, ou econômico, ou administrativo, ou técnico em área sujeita ao exercício do poder regulador da AGERP;

V - não ser acionista, quotista ou empregado de qualquer entidade regulada.

§ 2º - O presidente do Conselho Diretor será nomeado pelo governador do Estado dentre os seus integrantes e investido na função por 03 (três) anos.

§ 3º - Cabe ao presidente do Conselho Diretor a representação da Agência, o comando hierárquico sobre o pessoal e o serviço, exercendo todas as competências administrativas correspondentes, bem como a presidência das sessões do Conselho Diretor.

§ 4º Sob pena de perda de mandato, o conselheiro não poderá:

I - exercer qualquer cargo ou função de controlador, diretor, administrador, gerente, proposto, mandatário, consultor ou empregado de qualquer entidade regulada;

II - receber, a qualquer título, quantias, descontos, vantagens ou benefícios de qualquer entidade regulada;

III - tornar-se sócio, quotista ou acionista de qualquer entidade regulada;

IV - exercer atividades político partidárias.

§ 5º - O mandato dos conselheiros será de 04 (quatro) anos, admitida uma única recondução.

Art. 6º - A Diretoria Executiva, composta pelo conjunto de órgãos de planejamento, assessoramento, execução, avaliação, fiscalização e controle, tem a seguinte organização:

I - Gabinete do Diretor Executivo;

II - Ouvidoria;

III - Procuradoria Jurídica;

IV - Assessoria de Planejamento Estratégico;

V - Coordenação de Gestão Administrativo-Financeira:

a) Sub-Coordenação de Recursos Humanos, Materiais e Patrimônio e Serviços Auxiliares;

b) Sub-Coordenação Contábil e Financeira.

VI - Departamento Técnico:

a) Diretoria de Fiscalização:

1 - Gerências Regionais.

b) Diretoria de Planejamento Operacional:

1 - Gerência de Transportes;

2 - Gerência de Infra-estrutura.

VII - Departamento de Tarifas e Pesquisas Sócio-Econômicas:

a) Diretoria de Tarifas;

b) Diretoria de Pesquisas Sócio-Econômicas.

## Capítulo VI

### Patrimônio, Administração Financeira e Receita

Art. 7º - Constituem patrimônio da AGERP:

I - os bens, direitos e valores que, a qualquer título, lhes sejam adjudicados ou transferidos;

II - saldos dos exercícios financeiros, transferidos para sua conta patrimonial;

III - o que vier a ser constituído na forma legal.

Art. 8º - Constituem receitas da AGERP:

I - recursos provenientes de dotações orçamentárias;

II - rendas patrimoniais e as provenientes dos seus serviços, bens e atividades;

III - doações, legados, subvenções de qualquer natureza realizada por entidade não regulada;

IV - transferências de recursos consignados nos orçamentos da União, do Estado e dos Municípios;

V - rendas patrimoniais provenientes de juros e dividendos;

VI - recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com órgãos de direito público ou entidades privadas nacionais, estrangeiras e internacionais;

VII - receitas oriundas das Agências Nacionais para a execução dos serviços públicos delegados, conforme convênio específico celebrado com as mesmas;

VIII - o percentual incidente sobre o faturamento obtido pelas concessionárias ou permissionárias para os serviços de transportes e para os demais serviços regulados;

IX - receitas provenientes de concessões ou permissões;

X - emolumentos e taxas em decorrência do exercício de fiscalização e gerenciamento, bem como quantias recebidas pela aprovação de laudos e prestação de serviços técnicos pela AGERP;

XI - receitas provenientes da aplicação de multas pelo descumprimento da legislação;

XII - rendimentos provenientes de aplicação de recursos no mercado financeiro;

Art. 9º - A administração financeira, patrimonial e de material da AGERP obedecerá aos princípios gerais estabelecidos na legislação específica que lhe sejam aplicáveis e aos seguintes:

I - o exercício financeiro coincidirá com o ano civil;

II - a proposta orçamentária para cada exercício será encaminhada à apreciação da Diretoria em regime de colegiado, poderá aprovar as propostas de abertura de créditos adicionais, até o limite autorizado pelo Governo do Estado.

Art. 10 - A execução orçamentária e a prestação anual de contas obedecerão às normas de administração financeira adotadas pelo Estado.

Art. 11 - Até 02 (dois) anos a partir da efetiva criação da AGERP, as despesas de custeio e investimentos serão custeadas pelo Tesouro Geral do Estado, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no montante de 05 (cinco) milhões de reais.

Art. 12 - Os programas e projetos aprovados pela Diretoria em regime de colegiado, cuja execução a um exercício financeiro, deverão constar do orçamento plurianual de investimentos e dos orçamentos subsequentes.

Art. 13 - No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei criando os quadros de serviços da AGERP, fixando valores de remuneração.

Art. 14 - O Conselho Consultivo da AGERP aprovará por proposta do presidente, o estatuto da Agência que será submetido à deliberação do governador, para homologação mediante decreto.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI  
MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

Visando o gerenciamento das concessões, na área de Transportes e Infra-estrutura, é proposta a criação de uma Agência de Regulação de Concessão, pessoa jurídica de direito público, órgão com autonomia administrativa e financeira, dotada de recursos da própria concessão, em regime de autarquia com Quadro de Pessoal reduzido e melhor remuneração, com serviços complementares contratados e vinculado ao Poder Executivo Estadual, através de Contratos de Gestão, com função de

administrar e fiscalizar as concessões de serviços públicos delegados na área de Transportes e Infra-estrutura, constituindo-se modelo dotado de flexibilidade de rapidez, com características gerenciais voltadas para resultados, com o mínimo de burocracia.

#### Objetivos

A preocupação com a modicidade das tarifas e com os direitos dos usuários é o objetivo maior do projeto de lei. As rodovias concedidas através do programa do Anel de Integração, um dos mais significativos na área de Transportes, bem como outras modalidades de transporte componentes do Programa de Concessões, deverão ser gerenciados por um órgão com regime e estrutura administrativa moderna e com autonomia financeira.

A pendência desta opção institucional é a aprovação pela Assembléia Legislativa do Paraná, de um projeto de lei instituindo modelo jurídico organizacional de criação da agência reguladora e fiscalizadora de concessão e serviços públicos delegados do Paraná.

O maior impacto que o Programa de Concessões provoca na Administração Pública é o de evidenciar a necessidade urgente de modernização da máquina do Estado, premido pela mudança de estratégia, na troca da atuação direta do Estado pelas funções de gerenciamento, fiscalização e administração de contratos de concessão, notadamente na área de infra-estrutura de Transportes, onde mais rapidamente acontece esta transformação.

A proposta se enquadra na visão da modernização da Administração Pública.

#### Área de Atuação

A proposta contempla a gestão das concessões nas diversas modalidades, na área de Infra-estrutura e Transportes.

No Paraná já foram realizadas as concessões do sistema de ferry-boat, da Ferroeste e a concessão das rodovias federais delegadas do Anel de Integração. Os serviços de Transporte Intermunicipais de passageiros já são concedidos há muitos anos.

Também são previstos no Programa de Concessões do Governo do Paraná a Transferência de Rodovias Estaduais, terminais Rodoviários, além de pontes e obras de arte especiais.

A proposta da Agência de Regulação de Concessões, contempla basicamente: rodovias delegadas, rodovias estaduais, pontes e obras de arte especiais, transporte hidroviário, transporte ferroviário e transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

#### Referencial

Os argumentos para justificar a proposta são diversos. Um dos principais, é a possibilidade real de comprometimento do Programa e Concessões a médio e longos prazos, caso não se implante as atividades de gerenciamento de concessões modernas, permanecendo uma estrutura administrativa e de pessoal viciada, mal remunerada, sem treinamento, com necessidade de mudanças de paradigma e de mentalidade, de eliminação de vícios burocráticos, com visão fiscalista, ou seja, não se deveria

construir um empreendimento novo em terreno pantanoso.

A modernização da estrutura do Estado é urgente, e o Estado do Paraná é um dos últimos Estados da União a implantar a estrutura de regulação de Concessões.

Praticamente todos os Estados da União, na área de serviços concedidos, já estão processando mudanças, com a implantação de agências reguladoras, tais como o Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Estados como Ceará, Sergipe, São Paulo, Maranhão, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais e outros Estados, também já iniciaram o processo de criação de agências de regulação, com recursos do Banco Mundial/IFC, recursos estes já disponibilizados para RJ e RS, pelo Banco Mundial.

O Governo Federal, igualmente, já tem instalado Agência Reguladoras nas áreas de telecomunicações (Anatel) e energia (Aneel), e já foi aprovado pelo Congresso, lei regulamentando a implantação de agência na área de Transporte para os modais: rodoviário, ferroviário e hidroviário. A partir daí, os Estados deverão também dispor de estruturas de regulação, nos mesmos moldes.

A proposta na verdade, não significa a criação de um novo órgão público, visto que poderá ser implantada a agência de regulação, através da extinção de órgãos existentes. Atualmente, a fiscalização das concessões, está a cargo de divisões do DER e Ferroeste.

A importância da agência de regulação se expressa pela necessidade de dotar o Poder Executivo Estadual, de um instrumento capaz de efetivar e garantir a eficácia, segurança, produtividade e qualidade na prestação de serviços públicos de infra-estrutura e transportes, através de uma estrutura de regulação que mantenham os direitos dos usuários, e busque com rigor a modicidade nas tarifas e a transparência das concessões.

A participação efetiva, na estrutura do órgão proposto, de representantes dos usuários e consumidores dos serviços, ao lado de concessionários e permissionários dos serviços públicos, mostra a preocupação com o objetivo principais desta proposta de lei.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

(Lê):

“Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Está cada vez mais insustentável para o governo de Jaime Lerner a teimosia em pretender, a todo custo, privatizar a Copel. Como se não bastassem os reclamos da população majoritariamente contrária à venda da estatal, a crise energética associada às incertezas geradas pela nova conjuntura internacional, apontam neste sentido.

Nos últimos anos a demanda de energia no Paraná, foi de 5,3% ao ano. Nos últimos 10 anos, a Copel gerou, em duas novas usinas, em média 8% a mais de energia ao

ano, quando a demanda ocorrida alcançava 5,3% ao ano. Mas como ficará a oferta de energia nos próximos anos se a Copel for vendida?

No edital do Governo do Paraná fixou a exigência de que os eventuais compradores da empresa tenham que gerar 0,63% ao ano, durante 30 anos; significa dizer que a obrigação do comprador em gerar energia será de 20% acumulados em 30 anos! Vale dizer, ou vai haver gigantesca pressão para aumento da tarifa para “financiar” novos incrementos de energia no Paraná ou vamos para o apagão dentro de pouco tempo!

Essa é a verdade que o Governo do Estado não tem coragem de mostrar. Vale dizer, senhores deputados, que alguma coisa está errada e o governo está escondendo a realidade.

Por outro lado, a instabilidade cambial esta provocando desinteresse de compradores. Conforme pesquisa realizada pela KPMG Corporate Finance, as 440 companhias brasileiras que negociam ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) perderam 45% de seu valor em dólares desde o início do ano.

Agravada pelos ataques ao Afeganistão, a instabilidade econômica tende a reforçar os dois movimentos que provocaram este efeito; a queda de 33,8% no Ibovespa e a desvalorização de 29,6% do real frente ao dólar, ambos acumulados de janeiro até 8 de outubro último.

A mesma pesquisa mostra que houve uma redução de 23% nas fusões e aquisições, comparando a média mensal desse período com a registrada entre janeiro e julho.

Não é por menos que empresas estão desistindo do leilão anunciado para 31 de outubro. Os jornais registram, hoje, a hipótese de desistência da empresa belga Tractedel, apontada pelos analistas como a mais forte candidata à compra da Copel, segundo reportagem do jornal o Globo, colhida esta manhã na Internet.

Aliás, a imprensa nacional vem registrando nestes últimos dias o quanto são irracionais as atitudes do Governo Lerner. Ontem mesmo, o jornal Folha de S. Paulo estampou entre suas manchetes que Lerner terá de explicar à Justiça campanha para venda da Copel!

Portanto, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, é chegada a hora de o Governo parar de brincadeira. Os paranaenses não querem se desfazer de sua empresa energética, vital para a vida das pessoas e para o desenvolvimento do Paraná!

Tenho a certeza, senhor presidente, que esses dados estampados no edital de concorrência de 0.63% é uma brincadeira com a inteligência e principalmente, com a população do Paraná.

O Governo, insensível quer dilapidar o patrimônio construído por diversas gerações. Deveria agora, realmente refazer o seu rumo, porque aonde ele está levando, o Paraná irá de encontro a um porto que não é seguro e que é rocha que realmente vai despedaçar a economia do povo paranaense. Uma exigência, durante trinta anos, de 0,63%, quando a Copel, agora através das duas últimas

usinas, faz uma média de 8% a mais da energia que é consumida no Paraná, que a demanda nossa é 5.3 que exportamos energia, que temos auto-suficiência de tecnologia, emprestando a sobra da energia gerada e a capacidade técnica da Copel a outros Estados e a outras nações do nosso mundo, é uma insensatez e uma insensibilidade comprovada em números, estatísticas, que nem o Ingo, nem o Lerner e ninguém do Governo tem a condição de fazer com que esses números que estampam a realidade do nosso Paraná sejam contestados, que esta Casa tenha em mãos mecanismos que possam, deputado Waldyr Pugliesi, impedir a venda desse que é um dos maiores patrimônios do nosso Governo do Estado, que representa o povo do Paraná e que para satisfação desse povo, tem somente 6, ou 7 meses de sobrevivência no Palácio Iguaçu porque a sua morte administrativa está aqui comprovada e a sua morte política vai ser enterrada no próximo ano, em outubro de 2002.”

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passaremos ao Horário das Lideranças.

Consulta as Lideranças do PL, PST, PSL, PS, PT, PTB.

#### (Declinam)

No Horário do PMDB, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Na semana passada vim aqui neste púlpito e falei que tinha informações fidedignas, que apenas duas empresas restavam no rol daquelas interessadas em comprar a Copel. Apenas duas. Alguns parlamentares pensaram que estávamos faltando com a verdade.

Hoje todos os veículos de informação do Paraná trazem estampado nas suas páginas a informação de que a grande maioria das empresas já desistiu de participar desse leilão. Apenas duas empresas restavam. A empresa da Itália e a NRG, dos Estados Unidos. A empresa da Bélgica, que adquiriu a Eletrosul, também já desistiu. Apenas duas empresas restam inscritas no edital para comprar a Copel. As outras nove já desistiram de participar deste negócio patrocinado por um governo que perdeu o rumo, a sensibilidade, perdeu o sentimento.

Subo hoje para, mais uma vez, gritar aqui, nem que este grito não seja ouvido por aqueles que precisavam ouvir, mas é um grito do povo do Paraná, é a voz do povo do meu Estado que fala por todos os quadrantes do Paraná, a mesma voz que falamos aqui!

Este é um péssimo negócio do governador Jaime Lerner! Mais um péssimo negócio! Não pode vender a Copel! Apenas duas empresas restam no leilão para adquirir a nossa empresa mais cara, o que mostra que é um negócio de baralho marcado, um negócio da China para quem comprar! E um negócio dos piores para o povo

do Paraná! Das onze maiores empresas do mundo inscritas, por que será que nove delas já desistiram? Será porque a Copel não é um bom negócio? Será porque a energia elétrica não é um filé mignon para o setor econômico? Será porque o preço da Copel está com ágio, como diz o secretário Miguel Salomão? O governo mente com a cara de pau! Não passa óleo de peroba na cara para não ficar vermelho de vergonha ao vir mentir descaradamente, que o Governo Lerner colocou ágio na Copel e por isso não interessa que apenas duas empresas participem do leilão da privatização!

Ora, estão aí os números das empresas que fizeram avaliações independentes, mostrando que a Copel vale mais do que 25 bilhões de reais! Que ágio é esse?

É o ágio do governador Jaime Lerner, que está ensandecido, enlouquecido, está, na verdade, aflito para ver os trocos da Copel, para tapar o buraco que ele fez no Estado do Paraná; para arrumar algumas migalhas para alguns prefeitos do interior. Este é o ágio; o ágio da incapacidade, o ágio da imoralidade, o ágio da indecência, o ágio da sacanagem, o ágio da “patifaria”, patrocinado por um governo “cara de pau”, como é esse governo presidido pelo Jaime Lerner.

Senhor presidente, está aqui, vai ficar nos Anais da história do Paraná. Falei aqui, na semana que passou, que apenas duas empresas restavam inscritas para comprar a Copel, e hoje, a imprensa do Paraná, confirma a notícia que nós produzimos. E a informação que passei, não era pautada na demagogia e no proselitismo; foi uma informação fidedigna de pessoas de dentro da própria Copel, de pessoas que vivem lá dentro da Copel e que não querem permitir que o Governo faça um presente no final do seu período de mandato para empresas multinacionais!

Então, está provada a informação que nós demos, que só duas empresas restam: uma italiana e uma americana. E é bem provável que uma dessas duas desista e que fique apenas uma empresa para participar do leilão. É bem provável que esse baralho de cartas marcadas, já conhecido do povo do Paraná, fique apenas com uma empresa inscrita, e essa vergonha, esse escândalo, essa panacéia, esse ímpeto terrível que está empedernido no coração desse homem que está ali empoleirado no terceiro andar do Palácio Iguaçu, feliz da vida com a desgraça alheia; feliz da vida com a tristeza do Paraná. Não vai voltar atrás e pelo jeito, pelo andar da carruagem, o Paraná vai ficar sem a Copel, o nosso povo vai ficar sem o seu maior patrimônio. E essa negociata vai ser impetrada contra os nossos interesses!

Concluo, senhor presidente, para que pelo menos fique registrado nos Anais desta Casa, para que pelo menos a história fique registrada de que nós alertamos, de que avisamos, de que dissemos, de que gritamos bem alto aqui os interesses do povo do nosso Estado; que a marmelada está prestes a ser concluída, de que essa negociata está próxima de ser completada!

E o governador Jaime Lerner não vai voltar atrás e vai voltar atrás e vai dar de presente a Copel para uma

empresa multinacional, porque apenas duas ainda restam inscritas para participar do leilão que ira ocorrer no dia 31 de outubro.

E não será por acaso, que até lá, uma desista e fique apenas aquela que já fez a negociata e que já está marcada para receber esse grande presente do governador Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, por deferência do nosso líder das Oposições, Waldyr Pugliesi queremos, em nome da nossa Bancada, registrar, como V. Exa. também deve fazê-lo, o dia daquele que, realmente, nos empresta a condição de possuímos a saúde que desfrutamos, que é o Dia do Médico.

E aqui cumprimentando o Dia do Médico, o nosso corpo clínico da Casa, que tem dado realmente, a atenção ao deputado Ademar Traiano, ao deputado Waldyr Pugliesi e a todos nós deputados, os mais idosos, citando somente dois.

Tenho a certeza de que teremos neste dia, a obrigação de cumprimentar aquele que realmente empresta o desfrute da saúde que nós possuímos.

Era isso, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Tenho certeza que as palavras de V.Exa. são o sentimento de todos os parlamentares da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3471, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a preferência para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 336/2001 e 245/2001, itens 02 e 25 da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 336/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2001, que

objetiva instituir a Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, mediante a integração e uma só autarquia, várias instituições de ensino superior do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 145/2001, de 11.10.2001).**

### ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/2001, que dispõe sobre o parcelamento do pagamento de multas estabelecidas pelas leis de defesa sanitária vegetal e animal, de preservação do solo agrícola, de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, mudas, agrotóxicos, fertilizantes e seus congêneres, referentes às atividades da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC. Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2001, de 12.06.2001- Mens).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 245/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 017/2001, encaminhada a esta Casa de Leis, tem por objetivo parcelar o pagamento de multas estabelecidas pelas leis de Defesa Sanitária Vegetal e Animal, de preservação do solo agrícola, de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, de inspeção e fiscalização da produção, distribuição, do comércio e uso de sementes, mudas, agrotóxicos, fertilizantes e seus congêneres, referentes às atividades da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela, atende aos dispositivos legais conforme disposto no Artigo 87, incisos IV e VI da Constituição do Estado do Paraná *in verbis*:

“Art. 87 - Compete privativamente ao governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração, na forma de lei.”

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 245/2001

#### P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar sobre o projeto de lei de autoria do Poder Executivo, o qual dispõe sobre o parcelamento do pagamento de mul-



tas estabelecidas pelas leis de defesa sanitária vegetal e animal, de preservação do solo agrícola, de inspeção e fiscalização de produção, distribuição, do comércio, do uso de sementes, mudas, agrotóxicos, fertilizantes e seus congêneres, referentes à atividade da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, conforme específica, não existe ao nosso ver, o que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, manifesta-se esta comissão com parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.10.2001

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 245/2001

#### P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa dispor sobre o parcelamento do pagamento de multas estabelecidas pelas leis de defesa sanitária vegetal e animal, de preservação do solo agrícola, de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, de inspeção e fiscalização da produção, distribuição, do comércio e uso de sementes, mudas, agrotóxicos, fertilizantes e seus congêneres, referentes às atividades da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre o mérito do referido projeto, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO- Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/99, de autoria do deputado Beto Richa, que assegura o fornecimento gratuito de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle de diabetes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 083/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, tem por objetivo assegurar o fornecimento de medicamentos e insumos destinados ao tratamento de diabetes.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da emenda apresentada em plenário, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável à emenda de plenário.

Sala das Comissões, em 09.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Luciana Rafagnin, Luiz Fernandes da Silva Litro, Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Orlando Pessuti, Eli Ghellere, Algaci Túlio, Marcos Isfer.

Está em votação o substitutivo geral de plenário, com parecer favorável da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.229/2001, que criou o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. anexo Projeto de Lei nº 334/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupprio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Novo Itacolomi, com sede no município de Novo Itacolomi e foro em Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Surdos de Londrina, com sede e foro em Londrina - PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 13.263, de 03 de agosto de 2001. (Utilidade Pública). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Associação Santo Inácio de Loyola, da cidade de Serranópolis do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ.

**Aprovado o projeto, artigo por artigo. emenda- Aprovada.**

### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/99, de autoria do deputado Edno Guimarães, que dá nome de Orlando Campana à Rodovia que liga o município de Jesuítas à comunidade de Itaguajé. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. (Publ. no DA nº 08/99, de 01/03/99).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 032/99

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Edno Guimarães, tem por objetivo denominar de Orlando Campana a rodovia que liga o município de Jesuítas à comunidade de Itaguajé.

Chamada esta Comissão a se manifestar, foi constatado, através de parecer da Secretaria dos Transportes que o referido trecho não pertence à malha viária estadual e sim à malha viária municipal ficando, conseqüentemente, sob a responsabilidade do município.

A Constituição Federal em seu artigo 30, cita que: **competete ao município legislar sobre assuntos de interesse local**, motivo este que torna a referida proposta inconstitucional, portanto sem técnica de tramitação nesta Casa de Leis.

Sugerimos ao deputado autor, que envie esta proposta a nível de sugestão à Câmara Municipal de Jesuítas, para que a mesma delibere e se possível transforme em lei municipal a citada sugestão.

Assim sendo, nosso parecer é contrário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O item nº 08, nós estamos determinando o seu arquivamento.

### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre a cobrança de ICMS no fornecimento de energia elétrica aos municípios paranaenses. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ E COM PARECER FAVORÁVEL DA CF. (Publ. no DA nº 15/99, de 16/03/99).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 096/99

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 96/99, de autoria do deputado Beto Richa, dispõe sobre a cobrança de ICMS no fornecimento de energia elétrica aos municípios paranaenses.

O fundamento apontado pelo autor em sua justificativa não se aplica ao caso, pois não se trata de imposição de tributo sobre patrimônio, renda ou serviços, na forma do artigo 150, VI, da Constituição Federal.

O ICMS é imposto indireto e incide sobre a circulação de mercadorias e, portanto, é cobrado da empresa que fornece a energia elétrica.

O projeto de lei fere o disposto no artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição Federal, bem como dispõe sobre os convênios para concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Em face do exposto, emitimos nosso parecer contrário à tramitação do Projeto de Lei nº 96/99, em razão da inconstitucionalidade e ilegalidade do mesmo.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 096/99

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do ilustre deputado Beto Richa, dispõe sobre isenção de cobrança de ICMS no fornecimento de energia elétrica aos prédios públicos municipais e sobre a iluminação pública.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se contrariamente ao presente projeto, alegando que o ICMS é imposto indireto e cobrado da empresa fornecedora de energia. Alega ainda que deve haver consulta ao Confaz sobre a possibilidade de se realizar a pretendida isenção.

Esta Comissão chamada à manifestação, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entende que a pretendida isenção é meritória e merece tramitar pelos demais Órgãos desta Casa de Leis. Posteriormente deve-se buscar autorização do Confaz para tornar eficaz a pretensão buscada.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

A votação será inversa, aqueles que aprovarem o projeto, terão que levantar-se

Os senhores deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. **Rejeitado.**

### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que autoriza o Poder Executivo a implantar o serviço social junto à Rede Estadual de ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 33/99, de 27/04/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 206/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Péricles de Mello, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a implantar o serviço social junto à Rede de Ensino.

A matéria visa diagnosticar, analisar, encaminhar e acompanhar os problemas que inúmeros alunos vêm apresentando nas escolas procurando desta forma, reduzir a repetência e a evasão escolar e encontra-se nos moldes da técnica processual legislativa, e de acordo com a legalidade e constitucionalidade.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 206/99

P A R E C E R :

O projeto de lei nº 206/99, de autoria do deputado Péricles de Mello, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a implantar o serviço social junto à Rede Estadual de Ensino.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada à manifestação, e acordo com o parágrafo 7º, do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontrou que pudesse obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.09.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

Presidente e Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que obriga as empresas de transportes coletivos intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná, a equipar seus ônibus com detector de metais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 58/99, de 31/05/99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 287/99

P A R E C E R :

A proposição em tela, trata do Projeto de Lei nº 287/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que obriga as empresas de transporte coletivo intermunicipais e inte-

restaduais do Estado do Paraná a equipar seus ônibus com detector de metais.

Sob o ponto de vista constitucional, legal e de técnica legislativa, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que pudesse obstar seu normal trâmite pelas demais Comissões desta Casa.

Assim sendo, emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 287/99

P A R E C E R :

A proposição em tela, trata do Projeto de Lei nº 287/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que obriga as empresas de transporte coletivo intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná a equipar seus ônibus com detector de metais.

Salientamos a importância do presente projeto que poderá vir a diminuir o risco de assaltos que os passageiros do sistema de transporte intermunicipal e interestadual atualmente convivem.

Este controle, com detector de metais já é, há muito tempo, utilizado nos aeroportos brasileiros. Medida igual nas rodovias de nosso Estado seria um avanço no controle da violência em nossa sociedade.

Assim, o parecer é favorável, ao Projeto de Lei nº 287/99.

Sala das Comissões, em 01.08.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o Governo do Estado a instituir o Programa "Kit de Material Didático Escolar" para o ensino fundamental da Rede Pública Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/99, de 06/10/99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 506/99

P A R E C E R :

O projeto de lei ora sob exame, de autoria do eminente deputado Tony Garcia, tem como objetivo atender a necessidade das crianças matriculadas e que frequentam as séries do ensino fundamental nas escolas públicas da rede estadual de ensino, cujos pais ou responsáveis não possuem condições financeiras para adquirir material adequado para o bom desenvolvimento de seu aprendizado.

Sob a ótica constitucional, deve-se observar o previsto no artigo 61, parágrafo 1º da Constituição Federal: “São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa... matéria orçamentária, serviços públicos...”

Já a Constituição do Estado do Paraná reflete o contido no preceito da Carta Magna no artigo 66.

Entretanto, o autor abordou o tema sob o pálio da autorização legislativa, preservando desta forma o preceito constitucional.

Do exposto, sou de voto favorável à tramitação do Projeto de Lei em epígrafe.

Sala das Comissões, em 09.11.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 506/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 506/99, de autoria do deputado Tony Garcia, autoriza o Poder Executivo a instituir o programa “Kit de Material Didático Escolar” para o ensino fundamental da Rede Pública Estadual. Tem a finalidade “atender a necessidade das crianças matriculadas e que freqüentam as séries do ensino fundamental nas escolas públicas da rede de ensino estadual, cujos pais ou responsáveis não possuem condições financeiras para adquirir material adequado para o bom desenvolvimento de seu aprendizado”.

Diante do exposto e tendo em vista o alcance social do projeto, opinamos pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 30.11.1999.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 506/99

P A R E C E R :

De autoria do deputado Tony Garcia, o projeto em questão autoriza o Governo do Estado a instituir o programa “Kit de Material Didático Escolar” para o Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual.

O projeto que já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, bem como da Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão a opinar sobre o mesmo, verificamos que se trata de matéria que possui elevado mérito já que busca proporcionar às crianças que, por sua própria sorte, não têm condições de adquirir o necessário material escolar para frequentar escolas.

O projeto de lei possui ainda importante conotação social, pois visa buscar parceria à iniciativa privada para sua realização.

Diante do exposto, opinamos pelo parecer Favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que institui meia-entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CDHC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 145/2000, de 25.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 343/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, o projeto de lei em epígrafe, institui meia-entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, na forma de Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 343/2000

Art. 1º - Fica assegurado aos idosos o pagamento de meia-entrada referente ao valor efetivamente cobrado para ingresso em casa de diversão, de espetáculos teatrais, musicais, circenses, em casa de exibição cinematográfica, parques, estádios, praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer do Estado do Paraná.

§ 1º - Para efeitos desta lei, consideram-se casas de diversão, como previsto no *caput* deste artigo, os locais que, por suas atividades, propiciem lazer e entretenimento.

§ 2º - Considera-se idoso, para efeitos desta lei, a pessoa com mais de sessenta anos de idade.

Art. 2º - A meia-entrada corresponde a cinquenta por cento (50%) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário.

§ 1º - Caso os promotores dos espetáculos ofereçam descontos no preço dos ingressos, os idosos pagarão a metade deste preço.

Art. 3º - O documento hábil para a concessão do benefício constante no art. 1º desta lei será a carteira de identidade expedida pelo órgão competente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 343/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Pastor Edson Praczyk, objetiva instituir meia-entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências.

Podemos observar que sobre a matéria já foi apresentado parecer favorável com emenda substitutiva da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, conforme determina o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma da emenda apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA  
PROJETO DE LEI Nº 343/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo autorizar instituir meia-entrada em locais que menciona e dá outras providências.

O presente projeto já recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, sendo que a CCJ apresentou um Substitutivo Geral ao mesmo.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição de Direitos Humanos e da Cidadania, entendendo que a proposição irá beneficiar uma valorosa parte da nossa comunidade, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 343/2000, na forma do substitutivo da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 353/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Engenharia Mecânica no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. (Publ. no DA nº 147/2000, de 30.10.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 353/2000

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do deputado Chico Noroeste, o projeto de lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o curso de engenharia mecânica no campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

**Fundamentação**

A partir de uma pesquisa de opinião pública, realizada pela Unioeste, notabilizou-se o anseio da população iguaçuense em expandir os cursos superiores ofertados pelo campus de Foz do Iguaçu, elevando o nível dos futuros profissionais que abasteceram o mercado de trabalho desta região.

Face os resultados desta pesquisa, o curso de engenharia mecânica na área de ciências exatas, registrou o expressivo indicativo de 32,17% de preferência dos entrevistados.

O presente projeto de lei tem caráter meramente autorizatório, constituindo-se uma mera sugestão o Poder Executivo de criar e implantar o curso supra citado no campus de Foz do Iguaçu da Unioeste. Por isso, entende esta Comissão de Constituição e Justiça, que não há nenhum óbice para a aprovação do projeto de lei.

**Conclusão**

Diante do exposto, chamada esta Comissão a opinar, somos de parecer favorável, uma vez que concluímos sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 353/2000

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do deputado Chico Noroeste, o projeto de lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o curso de engenharia mecânica no campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

### Fundamentação

A partir de uma pesquisa de opinião pública, realizada pela Unioeste, notabilizou-se o anseio da população iguaçuense em expandir os cursos superiores ofertados pelo campus de Foz do Iguaçu, elevando o nível dos futuros profissionais que abasteceram o mercado de trabalho desta região.

### Conclusão

Diante do exposto, chamada esta Comissão a opinar, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

### Aprovado.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de Votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Dez deputado aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Eu me abstenho, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há número para continuarmos com a Sessão.

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está inscrito no Grande Expediente de segunda-feira.

Nestas condições, declaro e encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 353, 373, 389, 390, 437/2000, 019, 060, 099, 143, 180, 228, 272, 290, 312, 331, 377 e 438/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 206, 287, 506/99, 343/2000, 245/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 083/99, 429/2001.

Levanta-se a Sessão.